

Extensão popular e agroecologia em tempos de pandemia: saúde, territórios e economia solidária na construção de espaços formativos e outros futuros possíveis

Popular extension and agroecology in times of pandemics: health, territories and solidarity economy in the construction of formative spaces and other possible futures

Braulio Silva Chaves¹
Tiago Filizzola Lima²
Laura Magalhães Rocha e Silva³
Brisa Lourenço Braga⁴
Fábio Henriques Fernandes⁵
Plínio Lucas da Silva Catalán⁶

RESUMO

O artigo analisa o curso “Agroecologia e Pandemia: reflexões sobre o presente e outros futuros possíveis”, como experiência sobre o papel da agroecologia no contexto atual, em que contradições do modelo capitalista estão potencializadas pela crise sanitária de Covid-19. O curso foi promovido pelo “Programa SoFiA” de extensão popular e divulgação científica, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Problematizam-se as desigualdades brasileiras vinculadas ao modelo produtivo hegemônico pelo agronegócio, junto aos processos de vulnerabilização social e aumento da fome. A agroecologia tornou-se espaço agregador de sujeitos e grupos para construir uma agenda de transformações fundamentada na prática cooperativa e em favor de saberes populares, tradicionais e ancestrais fortemente invisibilizados. O percurso do texto inclui: histórico sobre as práticas extensionistas; os processos metodológicos baseados em diálogos horizontais para a concepção, execução e análise dos resultados do curso a partir de seus eixos, dos desafios impostos pelo distanciamento social e da reconfiguração do fazer agroecológico no ambiente virtual; e discussão dos resultados. As conclusões apontam que foi possível propiciar um lugar de encontro em que a prática extensionista pôde se constituir como aglutinadora de coletivos em defesa da soberania alimentar, da democracia e da emancipação humana.

Palavras-chave: Práticas agroecológicas. Ancestralidade. Cursos extensionistas. Covid-19. Cooperativismo.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, com período sanduíche no Centre de Recherche Médecine, Sciences, Santé et Société, França; realizando estágio pós-doutoral em Saúde Coletiva no Instituto René Rachou/Fiocruz, Minas Gerais, Brasil; professor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais; líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho e Tecnologias (GEPTT) e tutor do PET-ConecTTE. (brauliosc1@gmail.com).

² Graduando em Engenharia Ambiental e Sanitária no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil; bolsista no Programa de Educação Tutorial PET-ConecTTE. (tiagofilizzola@gmail.com).

³ Mestranda em Saúde Coletiva pelo Instituto René Rachou (Fiocruz Minas); membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho e Tecnologias (GEPTT). (lauramrsilva@gmail.com).

⁴ Graduanda de Engenharia Ambiental e Sanitária no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil. (brisa.louren@gmail.com).

⁵ Graduando em Engenharia Ambiental e Sanitária no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil. (fabio1303.fh@gmail.com).

⁶ Graduando em Engenharia Ambiental e Sanitária no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil. (pliniolucascatalan7@gmail.com).

ABSTRACT

The article analyzes the course “Agroecology and Pandemic: reflections on the present and other possible futures” as an experience on the role of agroecology in the current context, in which contradictions of the capitalist model are enhanced by the health crisis of Covid-19. The course was promoted by the “SoFiA” program of popular extension and scientific dissemination, of the Federal Center of Technological Education of Minas Gerais (CEFET-MG). The Brazilian inequalities, linked to the productive model hegemonized by agribusiness, were problematized together with the processes of social vulnerability and increased hunger. Agroecology has become a space for bringing together people and groups to build an agenda of transformations based on cooperative practice and in favour of popular, traditional and ancestral knowledge that is largely invisible. The text includes: background on extensionist practices; methodological processes based on horizontal dialogues for the conception, execution and analysis of the course results from its axes, the challenges imposed by social distance and the reconfiguration of agroecological work in the virtual environment; discussion of results. The conclusions point out that it was possible to provide a meeting place in which extensionist practice could constitute itself as a group agglutinator in defense of food sovereignty, democracy and human emancipation.

Keywords: Agroecological practices. Ancestrality. Extension courses. Covid-19. Cooperativism.

INTRODUÇÃO

A agroecologia em meio às crises da pandemia e para além dela

As dimensões da crise pandêmica também revelam outras que se encadeiam no interior da engrenagem capitalista recente. As quatro últimas décadas de neoliberalismo caracterizam um período complexo, em que temos uma crise produtiva do capital que necessita, cada vez mais, para manter padrões de lucratividade, aumentar o processo acumulativo a partir da intensificação do trabalho. Nesse cenário, globalização, financeirização econômica e reestruturação produtiva, conjugam-se a uma constante remodelagem das formas de organização do labor, impondo padrões específicos que buscam forjar um novo tipo de trabalhador e capturar subjetividades. A percepção do trabalho como uma força social torna-se, para esses sujeitos, cada vez mais distante, acompanhada da fragilização da organização coletiva e dos espaços do trabalho como lugar de construção de laços identitários e emancipatórios (ALVES, 2011; ROSSO, 2008, 2017).

Nos últimos tempos, tal processo está potencializado com a uberização do trabalho, a plataformização da vida e a mediação tecnológica como elemento da intensificação do trabalho (FONTES, 2017). No Brasil, a situação conta ainda com um conjunto de contrarreformas do trabalho que fragilizam a situação dos trabalhadores, empurrando-os à

informalidade e ao subemprego, dilatando o trabalho terceirizado, sobrepondo o negociado pelo legislado. Há um significativo aumento do desemprego nos últimos tempos e que atinge números alarmantes em 2020-21. Para o primeiro trimestre de 2021, temos 14,8 milhões de desempregados, uma taxa de desemprego de 14,7%, com 6 milhões de desalentados, que são as pessoas que gostariam de trabalhar e estão disponíveis, mas não procuram por achar que não encontrariam trabalho (IBGE, 2021). Tais estatísticas materializam o recrudescimento dos processos de vulnerabilização das periferias.

Assim, há uma trajetória do vírus, carregada de seletividade, em que territórios expostos a processos de vulnerabilização, negligências no campo da saúde e dos diversos direitos sociais estão potencializados. Não há novidade também no que se refere a um contínuo aumento das desigualdades territoriais, raciais, de classe e gênero. O contexto pandêmico tende a direcionar a lente e expor tais situações de forma mais evidente, revelando a brutalidade diante da crise sanitária e, “embora a Covid-19 tenha chegado ao Brasil de avião, pelos bairros elitizados e corpos brancos, as regiões mais brancas e com mais infraestrutura têm um percentual de mortes menor que nas periferias negras” (TRICONTINENTAL, 2020, p. 21).

Tal nexos capitalista e neoliberal da atualidade tem como uma de suas marcas principais a bio-hegemonia do agronegócio, que pode ser definida como uma atuação transnacional do capital caracterizada pela imposição de um regime alimentar fundamentado em uma agenda que emerge dos interesses de um circuito agro-financeirizado, baseado na produção de excedentes produtivos que necessitam e se ancoram da/na biotecnologia, fazendo o uso e o motor, para si, de artefatos tecnocientíficos, como os transgênicos e os agrotóxicos. Esse processo se torna mais nítido, no contexto brasileiro, a partir dos anos 1990, com várias alianças que incluem setores políticos, jurídicos, a mídia, uma aproximação junto ao grande público com um discurso cada vez mais sólido de inevitabilidade: não seria possível evitar a fome sem esses artefatos e, logo, tais formas de produção seriam necessárias para uma produção supostamente suficiente (MOTTA, 2018). A premissa carrega em si um contrassenso, na medida em que se verifica um aumento vertiginoso da fome, mesmo com o aumento exponencial do uso de transgênicos e agrotóxicos.

Em meio à pandemia, o Brasil vive um pico epidêmico com 19 milhões de brasileiros passando fome (insegurança alimentar grave). Dados de um inquérito mostram que nos três meses anteriores à coleta de dados (dezembro de 2020), em 55,2% dos domicílios, os habitantes conviviam com a insegurança alimentar, o que representou um aumento sensível se comparado às pesquisas em anos anteriores. Caso tenham considerado números absolutos,

116,8 milhões de brasileiros não tinham acesso pleno e permanente aos alimentos e 43,4 milhões (20,5% da população) não contavam com alimentos em quantidade suficiente, o que designa insegurança alimentar moderada (REDE PENSSAN, 2021).

Em um cenário de crise social e sanitária, que coloca em xeque a saúde e expõe territórios à maior vulnerabilização, como pensar em outro projeto de sociedade? Quais as possibilidades abertas em um contexto pandêmico para construir outros horizontes e buscar superar as desigualdades sociais? De que forma podemos dar centralidade à soberania alimentar? Quais travessias possibilitam o contato entre os saberes acadêmicos e os populares? E como formular uma pauta comum que não desconsidere os problemas emergentes da atualidade, buscando a geração de renda e o cooperativismo como resgate do trabalho como propulsor da emancipação humana?

É por esses caminhos que o presente artigo trabalha ao refletir sobre os impactos da concepção e execução de um espaço formativo por onde tais problemas funcionam como motivadores. Um dilema perseguiu essa tessitura: como trabalhar com a agroecologia, prática do afeto, da ação, da intervenção, das interações, em um contexto de distanciamento social? Nesse lugar de desafios, é que a construção da ação extensionista se deu, vendo a alternativa remota, não de forma ingênua, como se ela fosse um simulacro do presencial ou a sua mera substituição, pelo contrário, buscando tecer nela, lugares de encontro, crítica e proposição.

O artigo apresenta o processo de construção do curso. Em um primeiro momento, detém-se no histórico do “Programa SoFiA”, de onde ele se origina, procurando entender como ele se constituiu ao longo dos últimos anos como um ambiente de forças para o diálogo com territórios periféricos e iniciativas no campo agroecológico. Em seguida, tratamos do envolvimento da equipe do “SoFiA” na elaboração do curso, destacando a perspectiva horizontalizada para a definição de rumos e temáticas para o curso em seus três eixos – saúde, territórios e economia solidária –, em sua escolha de convidados, nas suas dinâmicas e estratégias, destacando aquelas que buscassem a interação no terreno movediço do virtual. Por último, refletimos sobre os impactos do curso, resgatando seus limites, mas vislumbrando na iniciativa uma possibilidade de estabelecer diálogos.

Histórico do “Programa SoFiA”: a união entre a extensão popular e a divulgação científica

O SoFiA, hoje um programa de extensão popular e divulgação científica, nasceu no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), no final de 2015, a

partir de um edital de fomento para a Popularização da Ciência, Tecnologia e inovação (Chamada nº 07/2015 FAPEMIG). Desde então, são inúmeras as atividades que partem do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Originalmente, o projeto inicial teve como nome “O CEFET-MG, do Cabana do Pai Tomás ao Aglomerado da Serra: conexões entre ciência, tecnologia e educação”, demarcando os dois territórios de atuação, compostos por dois aglomerados na região periférica de Belo Horizonte. O nome “SoFiA” remete à união entre Sociologia, Filosofia e Artes (So-Fi-A) para pensar em práticas interdisciplinares e transdisciplinares. Os aglomerados Cabana e da Serra constituíram-se como espaços por onde dois eixos se articulam: educação e tecnologia; saúde, meio ambiente e tecnologia. As atividades de divulgação científica trabalham na construção colaborativa de Objetos de Aprendizagem (OA) com crianças e adolescentes de espaços como o “Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente da Cabana” e o “Centro Cultural Lá da Favelinha”, no Aglomerado da Serra. Também são desenvolvidos trabalhos com os adultos, tendo na agroecologia uma instância importante para a construção de relações políticas, afetivas, da relação saúde/meio ambiente, educação ambiental e resistências. Ao longo do tempo, o projeto também se desdobrou em outros, como iniciações científicas; além de uma institucionalidade no interior do CEFET-MG com a aprovação em editais internos de projetos de extensão e, em 2018 e 2020, sendo o SoFiA aprovado, por duas vezes, como um Programa de Extensão, nomenclatura que abarca uma iniciativa “guarda-chuva”, contendo em seu interior projetos, eventos e cursos (SOFIA, 2021).

Em 2017, uma etapa importante de consolidação da prática agroecológica, foi um curso que aconteceu no segundo semestre durante as manhãs de sábado. Nele puderam ser discutidos os saberes técnicos que envolvem a agroecologia, como o solo, o controle de pragas, a questão da água, o plantio e o cultivo. Ao final, os concluintes, que foram vinte, escolheram como um dos resultados – além das atividades práticas, como a construção e a manutenção de uma horta comunitária em ponto estratégico da Cabana – a criação de um coletivo, o “Coletivo de Agroecologia do Aglomerado Cabana” (CAAC). No atual momento, o CAAC funciona de forma autônoma como um espaço de reunião de forças e parceiros, inclusive do curso que é tema do presente artigo.

METODOLOGIA

O curso foi construído coletivamente, com sua gênese em reuniões de ideias com todos os integrantes da comissão organizadora, composta por discentes do curso de graduação

em Engenharia Ambiental e Sanitária, do CEFET-MG. Partiu-se do pressuposto que todas as ações deveriam ser registradas e sistematizadas para que fosse possível monitorar o desenvolvimento e avaliar a execução do curso após o seu término.

Assim, iniciaram-se, em agosto de 2020, as primeiras reuniões de organização, em que foram discutidos os temas a serem abordados, realizadas definições de cronograma, formato de encontros, nomes a serem convidados (participantes das *lives*, mediação e oficinas), elaboração de certificação do encontro, mecanismos de avaliação, e fontes de financiamento. Destaca-se que foi possível, a partir da Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário (DEDC/CEFET-MG), a remuneração de todos os oficinairos, que tiveram participação ativa na proposição e execução das oficinas.

Inicialmente, foi definido que o curso teria formato on-line, com transmissão ao vivo em plataformas digitais, e que seria dividido em módulos temáticos. As discussões de cada módulo seriam realizadas por convidados, havendo uma mediação e, ao final, seriam apresentadas as oficinas em formato off-line. Considerou-se, previamente, a transmissão da oficina também ao vivo. No entanto, para evitar possíveis problemas de conexão, veio a alternativa de gravar, editar e transmitir de forma assíncrona.

Definiu-se o número de três encontros, com um intervalo entre cada um de uma semana. Após isso, fez-se urgente definir os temas e iniciar os convites. O contato com os convidados foi realizado buscando dar voz às percepções de cada um na organização do conteúdo. Foram definidos os tempos dos encontros para que a transmissão on-line tivesse uma hora e meia de duração. As ideias das oficinas nasceram para que houvesse maior interatividade com os ouvintes, e a estrutura de cada uma foi construída de forma coletiva, com a participação da comissão organizadora e dos oficinairos. Tal situação se constituiu em aprendizados e fazeres mútuos.

Em uma perspectiva de reflexão sobre os conflitos socioambientais, de territórios, de culturas e de ancestralidades, foram definidos os títulos/temas/eixos que guiaram as discussões nos três dias de curso: “Saúde e Agroecologia”; “Território, Ancestralidade e Práticas Agroecológicas”; e “Quem Produz e Quem Consome: espaços ocupados, transformações e ressignificações”.

O pós-curso foi planejado para avaliar a trajetória dos módulos. Como uma avaliação geral para participantes, foram disponibilizados formulários em que as pessoas poderiam se expressar sobre as experiências. Para certificação, os participantes inscritos precisavam registrar a presença em pelo menos dois dos encontros. Considerando o contexto pandêmico iniciado em 2020, a elaboração do curso exigiu a inclusão de plataformas digitais na sua

estruturação. O site do “Programa de Extensão SoFiA”, foi fundamental como repositório para as informações prévias, concomitantes e no pós-curso. Além do site, outras plataformas fundamentais na divulgação e comunicação foram: o *Instagram* e o *WhatsApp*. Esses meios facilitaram a comunicação entre a organização do curso com os inscritos, permitindo que a divulgação ultrapassasse as fronteiras institucionais do CEFET-MG e o SoFiA chegasse a outras instituições, comunidades e estados.

O curso “Agroecologia e Pandemia: reflexões sobre o presente e outros futuros possíveis” teve em sua concepção a preocupação de evitar ou mitigar a reprodução das desigualdades de acesso à informação presentes no Brasil. Nesse sentido, um curso on-line por si só é um fator limitante da igualdade de acesso, considerando as dificuldades enfrentadas no país para a universalização desse serviço. A fim de minimizar esse aspecto, buscou-se viabilizar a participação dos convidados das *lives* aos equipamentos adequados. Isso foi possível cedendo um espaço para a realização do encontro nas dependências do CEFET-MG e obedecendo aos protocolos de segurança vigentes quanto à pandemia de Covid-19.

Além disso, os três módulos foram gravados e disponibilizados no site do “Programa SoFiA”. O conteúdo está disponível por tempo indeterminado para acesso posterior às pessoas interessadas.

Módulo 1: saúde e agroecologia

A agroecologia, na América Latina, está se consolidando como um campo científico que questiona paradigmas dominantes, e que vem construindo uma epistemologia sólida (BORSATTO; CARMO, 2012). Esse processo transporta a inquietação agroecológica frente ao padrão capitalista de produção de alimentos, que modifica as relações do ser humano com a natureza e impacta na saúde humana, para outros lugares, tensionando também os círculos acadêmicos a ultrapassarem seus muros e dialogarem com outros atores, como os movimentos sociais.

Apoiado nos saberes agroecológicos, o curso buscou, em seu primeiro módulo, explorar as relações entre o meio ambiente, a sociedade e a saúde. É dessa fonte que parte a resistência da agroecologia na defesa da saúde humana e ambiental como formas de assegurar direitos previstos na Constituição Federal, como é descrito no Art. 225, sobre o direito à saúde

e ao meio ambiente equilibrado, entendido como bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, fatores atrelados à dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988).

A escolha da temática saúde como protagonista do primeiro módulo do curso se deu em função do contexto pandêmico vivido no ano de 2020, e no anseio de explorar as alternativas apresentadas pela agroecologia na promoção de um ambiente saudável, definido como aquele que “aborda os aspectos da saúde e qualidade de vida humana determinados por fatores ambientais, sejam estes físicos, químicos, biológicos ou sociais” (AFFONSO, 2015, p. 7). Buscou-se, também, destacar o protagonismo feminino na construção da agroecologia, além da centralidade do Sistema Único de Saúde (SUS) nas lutas pela saúde.

Para atingir os objetivos propostos pelo módulo, na etapa de seleção de convidadas, oficinaira e mediação, optou-se pelo convite às pessoas vinculadas à agroecologia, mesclando os saberes populares aos saberes acadêmicos e a prática à teoria. Por isso, compuseram a roda virtual de debates: a diretora estadual do Setor de Saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de Minas Gerais, Terezinha Sabino, atuante no cuidado à saúde da população do campo e moradora do Assentamento Oziel Alves Pereira, em Governador Valadares; à época, duas servidoras da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG), Alessandra Faria e Ana Flávia Fonseca, que participaram na escrita do livro *Mulheres, Agroecologia e as Lutas por Saúde: 30 anos do SUS, 20 anos do Setor de Saúde do MST* (MITRE *et al.*, 2018); Aparecida Arruda, a Tantinha, raizeira atuante na região metropolitana de Belo Horizonte e que faz parte da Articulação Pacari, uma rede voltada para defesa da medicina tradicional no bioma Cerrado; o estudante de mestrado na linha de pesquisa sobre saúde e políticas públicas da Fiocruz Minas e graduado em Engenharia Ambiental e Sanitária pelo CEFET-MG, Lucas Araújo Dutra Rodrigues.

As reflexões do encontro passaram pela necessidade de romper com o sistema capitalista, visto que os princípios agroecológicos estão em oposição ao conceito de produção que exaure os limites do meio ambiente e do corpo humano. A partir desse ponto de vista, vê-se a necessidade de incorporar os saberes populares nos processos de produção de alimentos e identificar como eles impactam diretamente na nossa saúde, não só pelo uso dos agrotóxicos aplicados, mas também pela supressão da diversidade alimentar presente nos povos tradicionais. Para além, foi destacado a centralidade dos saberes de raizeiras e benzedadeiras na aplicação dos seus conhecimentos fitoterápicos na cura do corpo, da mente e da alma.

No curso, a busca pelo afeto, pelos olhares, pelo contato e pelas práticas, amplamente presentes nos encontros presenciais agroecológicos, foi reconfigurada nos parâmetros virtuais oferecidos pelas *lives*. A oficina virtual do módulo consistiu em uma visita guiada ao quintal

da raizeira Tatinha e em um momento de ensinamento da coleta, preparo e acondicionamento de algumas ervas medicinais. A oficina foi gravada em Sabará-MG, no quintal da raizeira, espaço localmente conhecido por abrigar uma grande variedade de plantas medicinais nativas do Cerrado. O material produzido e apresentado na oficina é um registro perene do saber tradicional das plantas medicinais do Cerrado, e pode ser utilizado para consulta e reflexão sobre outras formas de se promover a saúde.

Por fim, destaca-se que este módulo promoveu, a partir do encontro de saberes tradicionais e acadêmicos, a possibilidade de refletir que é possível, e necessário, pensar na saúde humana de uma forma interligada ao meio ambiente, e que a ausência de saúde em um, representa o desequilíbrio em ambos, trazendo a agroecologia como uma alternativa para se pensar outros futuros.

Módulo 2: territórios, ancestralidade e práticas agroecológicas

Os territórios se constituem, politicamente, a partir das interações entre os sujeitos ali presentes e as relações sociais de trabalho e manifestações culturais neles constituídas, desde os pequenos povoados até as grandes cidades. Tais práticas e conhecimentos também estão associados à realidade imaterial, às dimensões simbólicas e ao imaginário que se projetam na realidade material (CUNHA, 2017). A territorialidade abrange, portanto, as relações cotidianas que os seres humanos mantêm entre si e com suas naturezas interior e exterior.

O sistema de produção alimentar atual opera suprimindo culturas populares, degradando o meio ambiente e precarizando o sujeito e o trabalho produzido por ele. É nesse cenário que epidemias e pandemias se tornaram frequentes, fazendo-se necessário resistir à expansão desses modelos e lutar pela adoção de outros socialmente e ecologicamente justos (STRATE, 2020).

Nesse contexto, os quilombos estão entre os grupos sociais que conflitam diretamente com o setor do agronegócio. A principal luta dos quilombolas é pela implementação de seus direitos territoriais (SOUZA, 2008). A noção de terra coletiva coloca em xeque o modelo de sociedade baseado na propriedade privada como única forma de acesso a terra. Há tentativas neoliberais cada vez mais evidentes de diminuir as garantias e os direitos básicos de acesso aos territórios, seja nos quilombos urbanos, seja nos quilombos rurais (SOUZA FILHO; PRIOSTE, 2017). Além disso, essa disputa pelo exercício pleno dos direitos culturais, que incluem as relações com a terra e a natureza, chamadas de socioambientais, fazem parte do

contexto de lutas de classes que separam o espaço humano de seu trabalho e de seu espaço natural.

A partir do cenário exposto, pensou-se na necessidade de abordar, no segundo módulo do curso, como são enfrentados os diversos desafios no cotidiano dos quilombos. Dessa forma, a indicação e a escolha dos integrantes foram decisivas, na medida em que as exposições e reflexões vieram de pessoas que têm a história de luta, resistência e representação no enfrentamento a esses modelos de hegemonia e monopolização. A discussão contou com a participação de: Janir de Oliveira Silva, nascida e criada no Quilombo Maitaca, comunidade do Torra, no município de Sabinópolis-MG, que carrega consigo lembranças, histórias e conhecimentos profundos acerca dos desafios enfrentados pelos povos quilombolas; Jesus Rosário Araújo, nascido no Quilombo Indaiá, no Vale do Rio Doce, fundador e atual presidente da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais, N'Golo; e Cristiana Guimarães, geógrafa e integrante da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU) e do Núcleo de Estudos em Agroecologia NEA-Mutiró, para a mediação da discussão.

As temáticas tratadas no módulo envolveram desde a importância do acesso a estruturas educacionais em que os sujeitos se aproximam e crescem no exercício de sua própria cultura, até questões sobre o desenvolvimento de tecnologias para práticas agrícolas tradicionais, que aliam o trabalho coletivo e a valorização da biodiversidade natural. Além disso, os participantes expuseram as diversas tentativas de desmonte de políticas públicas e programas afirmativos, historicamente conquistados e construídos, principalmente envolvendo os processos de titulação dos territórios.

A oficina objetivou exemplificar e materializar as maneiras com que se desenvolvem as relações entre o território quilombola e os sujeitos. As gravações foram feitas no Quilombo Jocojó, no município de Gurupá-PA, pelo quilombola José Benaion Pombo, também egresso do curso de Etnodesenvolvimento da Universidade Federal do Pará (UFPA), e que tem uma trajetória ativa na busca pelo melhoramento de sua comunidade. No vídeo, são apresentadas a história de formação e de conquista da titulação das terras e as fragilidades estruturais, como a falta de instituições de educação e de saúde próximas da comunidade. Também são apresentadas algumas técnicas agrícolas tradicionais no plantio, além de mostrar a tradicional preparação das “garrafadas”, bebida medicinal feita e manipulada por pessoas que herdaram conhecimentos populares na utilização dos princípios ativos naturais das plantas. A oficina expressou a complexidade que envolve o direito de pertencimento e desenvolvimento territorial a partir dos costumes e saberes tradicionais das pessoas do Quilombo Jocojó, tendo

a agroecologia como instrumento fundamental da promoção e efetivação desses diálogos e esforços.

Módulo 3: Quem produz e quem consome – espaços ocupados, transformações e ressignificações

O objetivo deste módulo foi mostrar a importância da aproximação entre produtores da agroecologia, da agricultura familiar, da agricultura urbana e periurbana, e dos consumidores. Buscou-se promover reflexão, informar e sensibilizar sobre um conjunto de movimentos que vêm promovendo transformações sociais na produção e reprodução dos espaços e das relações de trabalho, na relação com a natureza e seres humanos e no ato fundamental e multidimensional da alimentação. São os movimentos sociais da agroecologia e da economia solidária na direção da conquista do direito à soberania e à segurança alimentar e nutricional (BATISTA; DUBEUX, 2017). Com a complementação da oficina, buscou-se apresentar modos de repensar os hábitos alimentares e de consumo, mostrando as alternativas disponíveis e ao alcance das pessoas no território, com foco na região metropolitana de Belo Horizonte, explicitando formas de participar de metodologias de comercialização de alimentos agroecológicos adaptadas às exigências da crise sanitária.

A dimensão econômica da agroecologia se circunscreve aos princípios de vertentes da economia solidária que, por sua vez, está englobada na economia popular, em que a autogestão e a construção de autonomia são bases para superar o modelo de produção capitalista (SILVA, 2014). A mesma autora identifica e classifica as vertentes da economia solidária quanto à sua relação com o sistema socioeconômico vigente, que vão da superação à complementaridade. Sobre a economia solidária pode-se dizer que está associada “ao conjunto de ações coletivas voltadas à geração de trabalho, renda e desenvolvimento local, sob o princípio da autogestão e de uma concepção pluralista do sistema econômico, englobando relações mercantis e não mercantis na interação entre os agentes” (SILVA, S., 2020, p. 99).

Conceber a possibilidade e a necessidade de transformação da realidade social, da ocupação de espaços de produção e reprodução social, e da ressignificação e reordenação das práticas de produção e reprodução da vida, passa por reconhecer os efeitos degradantes do capitalismo no tecido socioambiental.

Com o intuito de dialogar com experiências que expõem caminhos para esse reconhecimento e superação desses efeitos, foram convidados para o debate: Fernando Rangel, integrante da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana de Belo Horizonte, AMAU, guardião de sementes e agricultor; Mariana Oliveira, agricultora, licenciada em Educação do Campo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professora da rede estadual de Minas Gerais e integrante da Associação Amanu, de Educação, Ecologia e Solidariedade (Jaboticatubas-MG); Fernanda Dias, membro da rede agroecológica da RMBH, graduanda em Agronomia na Universidade Federal de Viçosa (UFV), e colaboradora no setor de comercialização de produtos agroecológicos na Associação Aflora (Florestal-MG).

As relações existentes entre produtores, e espaços de comercialização/trocas, com os consumidores, foram os pontos centrais do módulo. A oficina foi ministrada por Lua Clara Medeiros, geógrafa, integrante da equipe técnica da Associação Amanu. Ao longo da *live*, e na oficina, expuseram-se práticas diversas e experiências de grupos de comercialização de produtos agroecológicos e da agricultura familiar periurbanos, experiências de articulação em redes de distintos níveis, de formação de circuitos logísticos alternativos de comercialização regionais para a RMBH. Tais redes se constituíram na intensa mobilização popular e na organização comunitária com atuação política relevante. Os debates focaram também no contexto pandêmico. Alguns dos frutos das reflexões e das práticas expostas foram apontamentos de novos caminhos possíveis: como a possibilidade do uso da mediação tecnológica para vencer fragilidades logísticas impostas, acessar mercados e fortalecer as redes e laços identitários nas feiras, revitalizar os territórios, reorganizar e encurtar trajetos e ciclos dentro da comercialização. Levantou-se também a importância de funcionamento em núcleo e da ampliação das redes nos territórios, da geração de banco de dados, da importância em disputar o discurso sobre o consumo responsável por meio da educação alimentar e da comunicação popular, encontrando caminhos para uma precificação adequada.

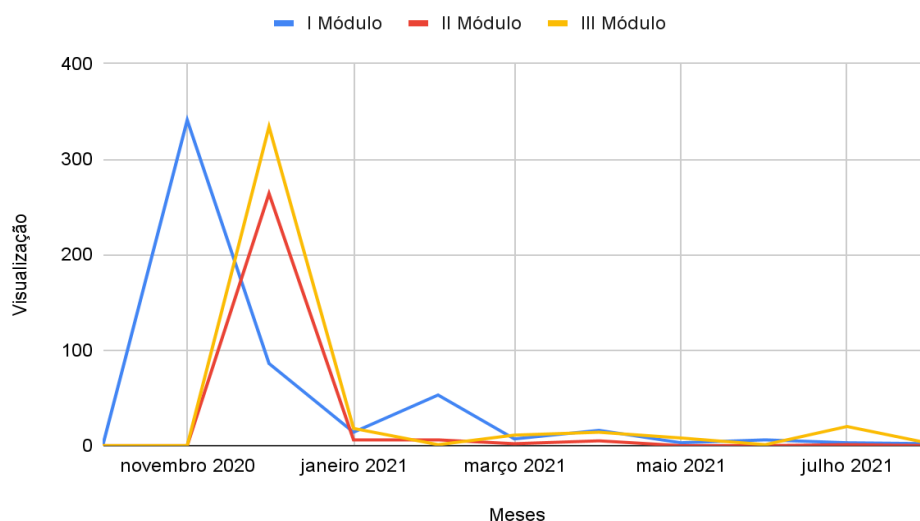
RESULTADOS, PRODUTOS E DISCUSSÃO

O curso “Agroecologia e Pandemia: reflexões sobre o presente e outros futuros possíveis”, recebeu 272 inscrições de pessoas com as mais diversas ocupações e formações, sendo: 106 estudantes; 64 oficinairos/professores/educadores; 7 pesquisadores; 10 pequenos produtores; 3 autônomos; 8 aposentados; e 74 pessoas graduadas em diversas áreas, como engenheiros, nutricionistas e advogados. Majoritariamente, os participantes residem no estado de Minas Gerais. Contudo, foi possível observar a participação de pessoas de outras regiões

brasileiras, e até mesmo, de outros países. Além disso, 67% dos inscritos relataram que estavam participando pela primeira vez de uma formação agroecológica, dado que revelou o papel do curso em apresentar e divulgar o campo da agroecologia.

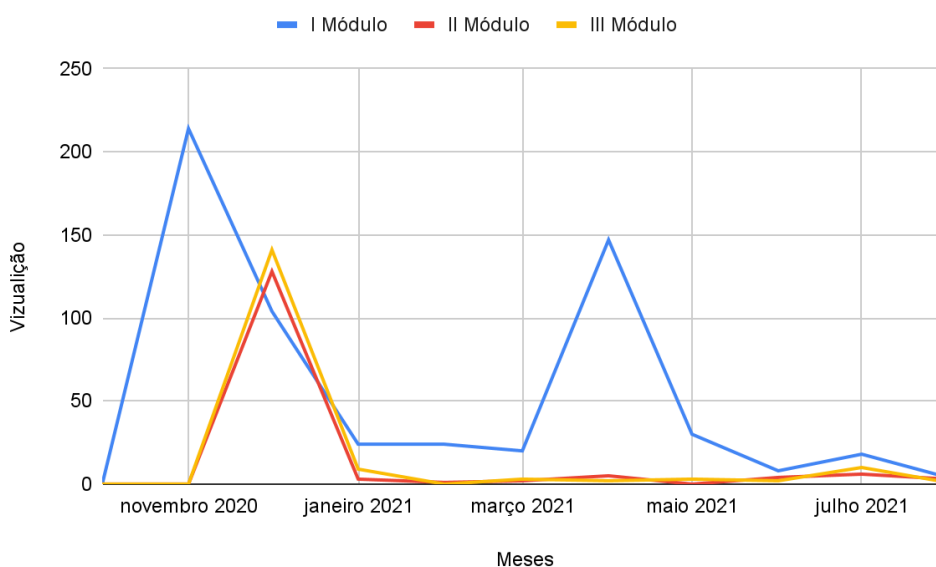
Outra questão observada foi a audiência do vídeo. Mesmo após o encerramento do curso, houve um número significativo de acessos e visualizações no *Youtube* do “Programa SoFiA” (ver Figuras 1 e 2).

Figura 1 - Estatística de acessos aos vídeos do curso ao longo dos meses



Fonte: *Youtube* (2021).

Figura 2 - Estatística de acessos às oficinas do curso ao longo dos meses



Fonte: *Youtube* (2021).

A partir das reflexões acerca da extensão popular e seu papel no desenvolvimento científico e social, aliada às discussões sobre a agroecologia e suas práticas coletivas, pensou-se sobre a importância da produção de um material oriundo das percepções do público após a realização dos encontros. É tarefa da extensão a construção da relação de compartilhamento entre o conhecimento científico e tecnológico produzido na Universidade e nas diversas esferas da sociedade (PAULA, 2013). É papel da extensão a promoção da interação dialógica, a abertura para a alteridade e para a diversidade como condição para: autodeterminação, liberdade e emancipação. Ademais, o conhecimento agroecológico se expande por meio da socialização, da troca de saberes entre as comunidades, e se estabelece de forma participativa (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Nesse sentido, a produção de um fanzine, um gênero textual híbrido, não convencional e colaborativo, com as manifestações e a autorização dos participantes do curso, coletando as experiências pessoais, as descobertas, dentre outras, teria o papel de estabelecer as conexões para a construção de conhecimento e de laços de afeto inerentes a uma ação de extensão popular no campo da agroecologia. Como o fanzine é uma publicação alternativa e feita para mostrar assuntos e temáticas diversas (ASSUMPCÃO; PINA; SOUZA, 2012), seu processo de construção, editoração e publicação, ainda em desenvolvimento pela equipe, cria um canal para visibilizar a ação de extensão e inserir os participantes como autores e articuladores do curso.

Para o conteúdo, foi proposto um questionário no qual as pessoas podiam se manifestar livremente, por meio de textos ou imagens, após cada participação nos encontros. Apesar de o grave momento de pandemia não permitir que houvesse encontros e trocas presenciais, esse modelo de interação despertou e fomentou importantes debates relativos às resistências dos saberes populares. Sobretudo em um momento em que temáticas como saúde pública, direitos dos territórios e formas mais justas de produzir e comercializar não estão sendo colocadas em pauta no âmbito das políticas públicas.

Sendo assim, as reações foram bem diversas e interessantes, com muitas montagens autorais, como se pode ver nas Figuras 3 e 4, por exemplo. Algumas explicitaram os princípios que existem nos saberes populares. Como expressou uma participante: “os antigos chamavam de sabedoria, hoje chamam de saber tradicional. Do velho para o moço, da vivência para a memória, somos a ponte entre o passado e o futuro, levando a semente e a sabedoria da nossa ancestralidade” (SOFIA, 2020)

Também foi mencionada a importância de preservar a biodiversidade natural como condição primordial à vida humana (Figura 3) e de que ocorram reflexões em âmbito mais sistêmico (Figura 4).

Figura 3 - Reação de participante do curso



Fonte: Arquivos do Programa SoFiA (2020).

Figura 4 - Reação de participante do curso



Fonte: Arquivos do Programa SoFiA (2020).

Dessa forma, por meio dessas estratégias de divulgação e interação, buscou-se, mesmo nas contradições do modelo remoto e nas angústias do distanciamento, produzir laços, afetos e estratégias de envolvimento e colaboração dos sujeitos, junto com a equipe e com os participantes convidados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um texto que aborda as possibilidades abertas por um espaço formativo que une agroecologia e extensão popular, em um contexto tão avassalador como o pandêmico, não consegue apontar para conclusões derradeiras, mas para reflexões que poderiam contribuir para sedimentar outros caminhos, outros futuros possíveis. Crary (2016), em um instigante e provocador ensaio, nos coloca diante de uma situação aterradora da vida atual, um tempo pautado pelo 24/7, em que o capitalismo deteriora uma das fronteiras mais impensáveis, a do sono:

Último obstáculo – na verdade, a última das “barreiras naturais”, para usar a expressão de Marx – à completa realização do capitalismo 24/7, o sono não pode ser eliminado. Mas pode ser destruído e espoliado; como mostram muitos exemplos, existem métodos e motivações para destruí-lo. O dano ao sono é inseparável do atual dismantelamento da proteção social em outras esferas.

[...] Um mundo 24/7 é um mundo desencantado, com a sua erradicação das sombras e da obscuridade, e de temporalidades alternativas. É um mundo idêntico a si mesmo, um mundo com o mais raso dos passados, e por isso, sem espectros. Mas a homogeneidade do presente é um efeito da luminosidade fraudulenta que pretende se estender a tudo e se antecipar a todo mistério ou ao desconhecido. Um mundo 24/7 produz uma equivalência aparente entre o que está imediatamente disponível, acessível ou utilizável, e o que de fato existe. **O espectro é, de alguma maneira, a intrusão ou irrupção no presente de algo que está fora do tempo, dos fantasmas daquilo que a modernidade não descartou, das vítimas que não serão esquecidas, da emancipação abortada.** As rotinas 24/7 são capazes de neutralizar ou absorver desnorteadas experiências de retorno que poderiam virtualmente minar o caráter substantivo, bem como a identidade do presente e sua aparente auto suficiência. (CRARY, 2016, p. 27-29, grifos nossos).

Resgatando as premissas que nortearam o texto, as crises do capitalismo, de través neoliberal, são avassaladoras ao decompor laços sociais, projetos gregários. O colapso ambiental significa também um projeto de expansão ilimitada, que derrete princípios éticos e morais, sendo assim, não se ressentem em esfacelar territórios, comunidades e povos tradicionais, abarrotar a produção alimentar de agrotóxicos ou alimentos transgênicos, destruir

biomas sem peias e “passando a boiada”. Contraditoriamente, nós parecemos impassíveis diante do ocaso, da ausência de futuro, imersos no presente e movidos pela flexibilidade produtiva, pelo trabalho em tempo integral mediado pelas tecnologias, ou empurrados à precariedade do trabalho ou da falta dele. Assim, a privação do sono é também parte da privatização da vida e do esfacelamento de um projeto social emancipatório. Os “fins do sono” denotam uma metáfora de muita força, pois a privação é também do sonhar, da capacidade de apontar para outros futuros possíveis.

Por tal caminho, a agroecologia torna-se um espaço de resgate desse direito ao sono e à dimensão simbólica do sonhar, ao recuperar o trabalho como força social, tendo, por isso, seus fins e produtos apropriados de forma coletiva. No lugar da atomização social, ela produz alianças, redes de solidariedade longevas, e não exclusivamente, dentro de uma pandemia. No lugar das doenças infecciosas e de pandemias que se associam às formas produtivas do agronegócio, da biotecnologia e da bio-hegemonia de certos grupos em detrimento de outros, emergem, pelas práticas agroecológicas, uma saúde em seu sentido amplo – como o mais completo estado de bem-estar físico, mental, social e espiritual –, que faz e se refaz na dimensão política dos sujeitos em redes.

No lugar da cidade do concreto e do cimento técnico científico, de um campo negligenciado e em contraposição ao urbano, emergem territórios tradicionais, quilombolas, quintais, raizeiras e benzedadeiras, que são reposicionados no lugar de construção de outros conhecimentos, de outras ciências, epistemologias e tecnologias. Enfim, na prática extensionista popular, como a aqui analisada, vislumbra-se também um horizonte potencial ao colocar discentes, cientistas, pesquisadores, docentes, profissionais técnicos em diálogo vívido e com função social com outros e outras, vendo-se de forma mútua na condição de trabalhadores. Parafraseando Crary (2016), a aliança entre extensão popular e agroecologia torna possível dar visibilidade aos espectros necessários que nascem do direito de sonhar.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, C. C. B. Ações de promoção do ambiente saudável. Brasília: NT, 2015.

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ASSUMPÇÃO, D. J. F.; PINA, E. M.; SOUZA, J. C. de. Fanzine como mídia alternativa: uma análise do cenário Belemense. **Alterjor**, São Paulo, v. 2, n. 4, 9 set. 2012.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. do. Agroecologia e sua epistemologia. **Interciencia**, Caracas, v. 37, n. 9, p. 711-716, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/5009>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Garamond, 2004.

CRARY, J. **24/7**: capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Ubu, 2016.

CUNHA, A. P. da. Diálogos entre geografia e agroecologia: reflexões sobre território, desenvolvimento e colonialidade. **Terra livre**, São Paulo, v. 2, n. 43, p. 170-205, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/685>. Acesso em: 15 fev. 2021.

DUBEAX, A.; BATISTA, M. P. Agroecologia e economia solidária: um diálogo necessário à consolidação do direito à soberania e segurança alimentar e nutricional. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 227-249, 2017. Doi: 10.17058/redes.v22i2.9340. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/9340>. Acesso em: 30 ago. 2021.

FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo: Revista do Niep**, Niterói, v. 5, n. 8, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220>. Acesso em: 15 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Desemprego**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso: 24 jun. 2021.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL - TRICONTINENTAL. **Um olhar sobre juventude e periferia em tempos de CoronaChoque**. 5 out. 2020. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-33-brasil-juventude/>. Acesso em: 29 ago. 2021.

MITRE, A. *et al.* **Mulheres, agroecologia e as lutas por saúde**: 30 anos do SUS, 20 anos do Setor de Saúde do MST. Belo Horizonte: Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, 2018.

MOTTA, R. **Entre controvérsia e hegemonia**: os transgênicos na Argentina e no Brasil. Rio de Janeiro: Editoria Fiocruz, 2018.

PAULA, J. A. de. A extensão universitária: história, conceitos e propostas. **Interfaces**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 5-23, jul./nov. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930>. Acesso em: 30 ago. 2021.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR - REDE PENSSAN. Vigisan: inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 24 de jun. 2021.

ROSSO, S. D. **Mais trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

ROSSO, S. D. **O arдил da flexibilidade**: os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo: Boitempo, 2017.

SILVA, S. P. Finanças solidárias no Brasil: caracterização, tipos organizacionais e suas dimensões estruturais. In: SILVA, S. P. **Dinâmicas da Economia Solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2020. p. 99-126.

SILVA, V. Z. da. **Espaços coletivos de trabalho**: entre a produção e a reprodução. 2014. 377 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-9LEM5B>. Acesso em: 30 ago. 2021.

SOFIA. **Programa de Extensão SoFiA**. Disponível em: <https://www.sofia.cefetmg.br/>. Acesso em: 6 ago. 2021.

SOUZA FILHO, C. F. M. de; PRIOSTE, F. Quilombos no Brasil e direitos socioambientais na América Latina. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 2.903-2.926, 2017. Doi: 10.1590/2179-8966/2017/31219. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/3w6JYwmtbFd9JPRs7B88Fqw/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 30 ago. 2021.

SOUZA, B. O. Quilombos e o direito a terra. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, ano 5, 44. ed., 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=982:catid=28&Itemid=23#:~:text=Atualmente%2C%20a%20principal%20luta%20dos,Lei%20das%20Terras%2C%20de%201850. Acesso em: 15 fev. 2021.

STRATE, M. F. Muito além do vírus: a alimentação e a saúde planetária. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 26 mar. 2020. Disponível em: https://www.ufrgs.br/jornal/muito-alem-do-virus-a-saude-planetaria-em-colapso/?fbclid=IwAR0TE1anMN-QhNA6X5e3B26jDy_SDBDIsyDDcJ7PEWDgzwqxPhCbY5ycF9Q. Acesso em: 16 fev. 2021.

Submetido em 30 de agosto de 2021.

Aprovado em 30 de setembro de 2021.